A memória e o princípio de perda

Joël Candau

▶ **To cite this version:**

Joël Candau. A memória e o princípio de perda. Dialogos, 2012, 16 (3), 10.4025/dialogos.v16i3.682 . halshs-01756544

HAL Id: halshs-01756544
https://shs.hal.science/halshs-01756544

Submitted on 2 Apr 2018

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 843-872, set.-dez./2012. DOI 10.4025/dialogos.v16i3.682

A memória e o princípio de perda [*]

Joël Candau [**]

Resumo. Podemos citar pelo menos cinco ideias equivocadas entre as representações de senso comun da memória humana. São elas: a de que haveria uma única memória, definida como uma faculdade cognitiva estritamente individual, que teria como função a lembrança e que, por essa razão, seria fadada a representar o passado, cujos vestígios teriam sido registrados de maneira deliberada e explícita. De encontro com essas ideias e com base nos artigos de Juan Besse & Cora Escolar, de Ana Maria Sosa González & Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e de Francisco Ramos de Farias, sustento neste artigo: a) que os seres humanos são dotados de um mosaico de memórias; b) que estas são sempre sociais; c) que sua função é, ao mesmo tempo, a lembrança ou o reconhecimento do passado e o esquecimento deste; d) que essas memórias estão, antes de tudo, a serviço do futuro; e, enfim e) que elas são amplamente o fruto de aquisições não-conscientes. O argumento principal, que serve de fio condutor para a discussão dos três artigos citados, é de que a memória humana está subordinada a um princípio de perda: ela opera uma triagem, seleciona, recorta, modifica os acontecimentos do passado sob o efeito conjunto de ações cognitivas e psicológicas e de intimações do social.

Palavras-chave: Memória; Políticas de memória; Perda; Esquecimento.

Memory and the principle of loss

Abstract. Five ambiguous ideas may be provided among the common sense notions of human memory: a single memory, defined as a strictly particular cognitive faculty whose function would be remembrance and, for this very reason, destined to represent the past whose traces would have been registered deliberately and explicitly. With these ideas in mind and based on the article by Juan Besse and Cora Escolar, by Ana Maria Sosa González and Maria Leticia Mazzucchi Ferreira and by Francisco Ramos de Farias, current article proposes a) that human beings are endowed with a variegated type of memory; b) that these memories are social; c) that their function is simultaneously the remembrance and acknowledgement of the past and its forgetfulness; d) that

[*] Artigo recebido em 04/08/2012. Aprovado em 09/09/2012.

[**] Laboratório de Antropologia, Sociologia, Memória, Identidade e Cognição (LASMIC) da Universidade de Nice Sophia Antipolis. Nice, França. E-mail: candau@unice.fr

these memories are primarily at the service of the future; e) that they are the product of non-conscious acquisitions. The main argument engaging the discussion of the three articles is that human memory is subordinated to the loss principle. It involves selection, elimination, modification of past events under the effects of a set of cognitive, psychological and socially-limiting activities.

Keywords: Memory; Memory policies; Loss; Forgetfulness.

La memoria y el principio de pérdida

Resumen. Podemos citar, por lo menos, cinco ideas equivocadas que existen sobre las representaciones del sentido común de la memoria humana. Y ellas son: de que habría una única memoria, definida como una facultad cognitiva estrictamente individual, que tendría como función el recuerdo y que, por ello, estaría orientada a representar el pasado, cuyos vestigios habrían sido registrados de una forma deliberada y explícita. En el encuentro con estas ideas y sobre la base de los artículos de Juan Besse y Cora Escolar; Ana María Sosa González y María Leticia Mazzucchi Ferreira; y el de Francisco Ramos de Farías, en este artículo sustento que: a) los seres humanos están dotados de un mosaico de memorias; b) éstas siempre son sociales; c) su función es tanto la del recuerdo o reconocimiento del pasado, como la del olvido del mismo; d) estas memorias, más que nada, están al servicio del futuro; y, e) son, en gran medida, el fruto de adquisiciones no conscientes. El principal argumento, que sirve como hilo conductor para discutir los tres artículos citados, es el de que la memoria humana está subordinada a un principio de pérdida: opera como un tamiz al seleccionar, recortar, modificar los hechos del pasados bajo el efecto conjunto de acciones tanto cognitivas y psicológicas, como de intimaciones de lo social.

Palabras Clave: Memoria; Políticas de memoria; Pérdida; Olvido.

Introdução

> Toda coisa representa a substância de sua perda (JAMES, 2010, p.471).

Pelo menos cinco ideias equivocadas atrapalham as representações de senso comum da memória humana. Segundo elas, haveria a) uma única

memória, b) definida como uma faculdade cognitiva estritamente individual, c) que teria como função a lembrança e que, por essa razão, d) seria fadada a representar o passado, e) cujos vestígios teriam sido registrados de maneira deliberada e explícita. Um dos vários méritos dos três artigos que seguem – o de Juan Besse e Cora Escolar, o de Ana Maria Sosa González e Maria Leticia Mazzucchi Fereira e o de Francisco Ramos de Farias – é abalar, cada um à sua maneira, essas cinco ideias que são, todas, redutoras da realidade dos processos memoriais.

De encontro com essas ideias e baseado nesses três artigos, sustentarei no presente texto: 1) que os seres humanos são dotados de um mosaico de memórias; 2) que elas são sempre sociais, num sentido que vou especificar no decorrer do texto; 3) que sua função é, ao mesmo tempo, a lembrança ou o reconhecimento do passado e o esquecimento deste; 4) que essa função está, antes de tudo, a serviço do futuro; e, enfim, 5) que elas são amplamente o fruto de aquisições não-conscientes. Como veremos, cada uma dessas características de nossa memória – cederei à convenção de linguagem que consiste em falar "da" memória, ainda que, como acabo de dizer, tenhamos várias memórias – está subordinada ao princípio de perda evocado por Henry James na citação acima: a memória humana opera triagens, seleciona, recorta, modifica os acontecimentos do passado sob o efeito conjunto de ações cognitivas e psicológicas e de intimações do social.

1. Uma memória em mosaico

O homem é um ser em mosaico, sustenta Georges Chapouthier (2001), no sentido de que somos constituídos de uma multitude de elementos adquiridos ao longo de nossa história evolutiva que, apesar de uma justaposição e depois uma integração complexas, conservam certa autonomia. Esses elementos são moléculas, gens, células, órgãos que cooperam no

funcionamento de um "todo" (o organismo), sempre conservando, como as tesselas de um mosaico, uma forma de individualidade. Essa metáfora da "mosaicidade" pode, sem dificuldade, ser aplicada a nosso cérebro – como faz explicitamente o antropólogo Robin Dunbar (1998) – e à nossa memória (CHAPOUTHIER, 2006). Esta é feita de condicionamentos, de hábitos e de aprendizagens complexas mais ou menos conscientes. Temos uma memória dos rostos, uma memória espacial, uma memória das formas, uma memória motora, uma memória das regras abstratas, etc. e todas mobilizam diferentes regiões cerebrais. Cada uma de nossas memórias sensoriais (auditiva, visual, gustativa, olfativa, tátil) é, por si mesma, plural. Por exemplo, a memória das vozes não é a mesma memória que a da Nona Sinfonia de Beethoven, assim como a memória dos estímulos faciais não pode ser confundida com a das cores. Existe certo número de categorias científicas relativamente consensuais da memória denotando a pluralidade de nossas funções e aptidões memoriais. Os psicólogos, por exemplo, distinguem uma memória de trabalho e uma memória a longo prazo. Nessa última, eles diferenciam memória declarativa (explícita) e memória não-declarativa (implícita). A própria memória explícita é constituída de uma memória episódica (memória dos acontecimentos vividos por um indivíduo) e de uma memória semântica (memória dos fatos conhecidos por esse indivíduo), e a memória implícita, de uma memória procedural (habilidades motoras), duma memória de representação perceptiva (efeito sobre a tarefa da apresentação prévia de um estímulo), duma memória dos condicionamentos clássicos (pavlovianos) e de uma memória das aprendizagens não-associativas (hábitos, sensibilização). Numa perspectiva antropológica, propus distinguir a protomemória, a memória de alto nível e a metamemória (CANDAU, 2011). Poderíamos continuar enumerando outras formas da memória individual (primária, eidética, imunitária, etc.), mas isso se tornaria cansativo. No entanto, vou me prolongar mais no campo da memória

supostamente "compartilhada", pois os diferentes colaboradores desse número ressaltam também a pluralidade das memórias ditas sociais ou coletivas. Fazendo assim, eles assumem uma tarefa tão louvável quanto ambiciosa, pois as Ciências Sociais, e principalmente a Antropologia, fazem uso pouco rigoroso da noção de memória, o que leva a múltiplas confusões – em particular com a noção de cultura – abrindo caminho a uma polissemia do termo (BERLINER, 2005).

As memórias evocadas por Ramos de Farias podem ser intrusivas, parasitas, uma "zona cinzenta", quando o que se tenta rememorar está no nível do indizível – lembremos das obras de Primo Lévi (1987) ou de Jorge Semprun (1994) -, memórias obsessivas, aprisionadoras, quando uma sociedade parece se tornar totalmente refém de seu passado. Besse & Escolar, por outro lado, falam sempre, no plural, de política*s* da memória, pois elas não somente diferem de uma sociedade a outra (Argentina, Chile, Uruguai), mas também no interior de uma mesma sociedade em que elas podem ser paralelas, convergentes, divergentes ou opostas. Nesse ponto, e estão de acordo com Lessa & Druliolle que, no prefácio de seu livro sobre a memória do terrorismo de Estado no Cone Sul, notam que as políticas da memória nos três países citados são *like a never-ending memory mosaic* (2011, p. XI), sendo que cada peça do mosaico libera uma história diferente e abre uma perspectiva nova. Besses & Escolar são felizes ao esboçar uma formalização dessa diversidade, distinguindo três acepções possíveis da noção de política(s) da memória: uma que remete à maneira como as relações de força e os processos sociais estruturam as representações do passado no interior de um grupo humano (comunidade, nação, etnia) e a outra, que diz respeito às estratégias políticas (programas, planos, projetos) que visam a orientar essas representações do passado, sendo que a terceira, enfim, designa o olhar crítico que diversos grupos (acadêmicos, políticos, associações) ou indivíduos podem lançar nas empresas de

simbolização do passado. Essa tipologia, parece-me, tem um grande alcance operatório pois permite imaginar programas de pesquisa que correspondem a cada uma dessas acepções.

No entanto, por mais útil que seja, a tipologia de Besse & Escolar não deve ocultar a extraordinária diversidade das políticas da memória para as quais cada indivíduo contribui ao longo de sua vida. De forma muito pertinente, González & Ferreira se perguntam como abordar as singularidades memoriais no âmbito de uma política da memória que visa a afirmar ou reafirmar a identidade e o senso da comunidade de todo um grupo. A resposta está longe de ser evidente. Mesmo se a relação que temos com o passado é mais ou menos compartilhada com outros, ela sempre é permeada por nossa subjetividade. No entanto, essa coloração idiossincrática da memória não impede que esta se incorpore com outras representações do passado para dar origem ao que, numa perspectiva jamesiana (William, dessa vez...), podemos chamar uma "corrente" ou um "fluxo memorial" cuja conjunção sempre original é constitutiva de um contexto político. Desse ponto de vista, em toda sociedade, cada indivíduo participa de uma política da memória porque ele carrega e colore *certas* representações do passado do grupo ao qual ele pertence. Também é por causa dessa marca individual no "fluxo memorial" que nunca há, propriamente dizendo, construção de *uma* memória coletiva, mas de várias (SHAHZAD, 2011).

Nos países do Cone Sul confrontam-se memórias antagonistas. A evocação dessas memórias feitas pelos autores de três artigos enriquece nosso inventário das diferentes formas da memória, sugerindo, implicitamente, que as sociedades envolvidas estão diante da alternativa seguinte: escolher uma memória "fechada", exclusiva de tudo o que não é ela, ou "aberta", inclusiva das memórias alternativas. A escolha não é sem importância, por duas razões. Primeiramente porque essa escolha é a que todas as sociedades

contemporâneas devem fazer entre um "nós" exclusivo e um "nós" inclusivo, ou seja, no último caso, um processo agregador de mais complexidade e diversidade sociais (CANDAU, 2012). E também porque "políticas da memória" caracterizadas por um fechamento grande demais – sob forma de contrações memoriais e identitárias – podem proibir qualquer reconciliação (ROBBEN, 2012), ao passo que uma abertura grande demais pode fazer o jogo daqueles que têm interesse em mascarar seus crimes. O caminho para uma "memória justa" é, portanto, estreito e difícil, mas a África do Sul mostrou, sob a presidência de Nelson Mandela, que esse caminho não é sem saída.

Concluo essa seção obsevando que estranhamente nenhuma das contribuições explora a hipóteses de uma memória influenciada pelo gênero, embora essa questão pareça pertinente em outros contextos históricos (COOMBES, 2011). É provável que uma pesquisa sistemática de memórias "*por gêneros*" contribuiria para reforçar a impressão de mosaico que também dão tanto nossas memórias individuais quanto nossas memórias ditas coletivas.

2. A memória humana é uma memória social

Em primeiro lugar, nossa memória é social porque ela é o instrumento de nossa imensa aptidão em matéria de cognição social, que é nossa capacidade de nos comportarmos com competência (nem sempre, é verdade...) em nossas interações com outrem (ZUBERBÜHLER; BYRNE, 2006). Segundo a *Social Brain Hypothesis* (DUNBAR, 1998; DUNBAR; SHULTZ, 2007), ao longo da evolução, o aumento do volume e da complexidade do cérebro dos primatas esteve positivamente correlacionado com o crescimento do tamanho dos grupos e da intensidade das interações sociais. A força do cérebro do *Homo Sapiens* lhe permite ter uma excelente memória de rostos e de vozes, ser capaz de aprendizagem social e de imitação, de preservar uma memória das reputações, tão importante para a cooperação (CANDAU, 2012) e,

principalmente, para a reciprocidade direta e indireta (WILKOWSKI; CHAI, 2012). A título de exemplo das performances em cognição social possíveis graças à nossa memória, lembremos que os seres humanos são capazes de tratar os estímulos faciais de maneira muito precoce, desde as primeiras horas de vida do bebê (GOREN; SARTY; WU, 1975), inclusive a partir de micro-expressões de menos de 25ms (PORTER; BRINKE, 2008), e de proceder assim rapidamente a um primeiro julgamento de pessoas desconhecidas (WILLIS; TODOROV, 2006), podendo favorecer fenômenos de contágio emocional (TAMIETTO et al., 2009) ou de assignação identitária. No que diz respeito a esse último ponto, podemos observar ainda que nossa memória deve também seu caráter social ao fato de que a identidade individual e a identidade social são indissociáveis e elas mesmas inseparáveis da memória (CANDAU, 2011; FERNYHOUGH, 2012).

Nossa memória, aliás, é social numa acepção classicamente halbwachsiana: ela é fortemente modulada pelos *quadros sociais*, muito frequentemente sob a ação de efeitos não-voluntários que são favorecidos pela extraordinária plasticidade de nosso cérebro (CANDAU, 2009). Desde o nascimento, nossa memória recebe as digitais do meio social. Por exemplo, um ambiente social desfavorável na primeira infância (maltrato) é associado, no adulto, a uma redução do volume do hipocampo, região cerebral fortemente implicada na formação e evocação das lembranças (TEICHER; ANDERSON; POLCARI 2012). Inversamente, um apoio materno precoce da criança é associado a um aumento do volume do hipocampo em idade escolar (LUBY et al., 2012). Sabemos ainda que a estrutura narrativa das lembranças autobiográficas é influenciada pelo ambiente social (família, comunidade), sendo que a riqueza das narrativas das crianças está correlacionada com aquela das narrativas dos pais (FIVUSH et al., 2011). Nossa memória é, aliás, muito maleável nas interações sociais, principalmente sob o efeito do conformismo

memorial (EDELSON et al., 2011). Por razões diversas (confiança em nossos interlocutores, preocupação em salvar a interação, puro conformismo), temos tendência a ajustar nossas lembranças àquelas que são majoritárias no grupo ou a dar-lhes um conteúdo que possa agradar a eles. É por exemplo comum enfeitar uma narrativa para captar a atenção de quem ouve e também integrar com a maior boa fé novos elementos na nossa memória. Por outro lado, a quantidade de informações que hoje circulam nas sociedades é tal que não podemos mais utilizar nossa memória como há apenas meio século atrás. Entre 5000 anos atrás e 2003, estima-se que a humanidade tenha criado um total de cinco exaoctetos de informação (um exaocteto corresponde a 10^{18} octetos). De 2003 a 2010, essa quantidade de informação foi criada dia sim, dia não. Em 2013, ela deverá ser criada a cada dez minutos (SHERMER, 2012). Nesse contexto de explosão e até mesmo saturação da informação (situação qualificada pelos anglo-saxões de *information overload*), os trabalhos de Sparrow, Liu & Wegner (2011) apontam para um "*efeito google"* na memória humana: quando os sujeitos de suas experiências sabem que eles podem ter acesso à informação via computador, sua própria performance de chamada da informação diminui, mas a do lugar *onde* eles podem encontrar essa informação aumenta. Claro que nós já conhecíamos esse fenômeno com o acesso a dicionários ou enciclopédias em sua forma impressa, mais a imensa biblioteca que se tornou a Internet acentuou muito esse novo uso da memória que não acontece sem tropeços: a multiplicação das atividades multitarefas inerente a nossas sociedades complexas altera o funcionamento da memória de trabalho (CLAPP et al., 2011).

Enfim, nossa memória é social pois ela está submetida a efeitos sociais voluntários, exercidos pelo poder político, das associações, das comunidades, dos partidos, etc. Estamos aqui nos referindo às políticas da memória que estão no centro das problemáticas evocadas nos três artigos aqui discutidos. Para que

cesse o silêncio da memória e que sejam possíveis testemunhos, como lembram González & Ferreira, algumas condições sociais devem ser reunidas: as testemunhas devem se sentir capazes de falar, os membros da sociedade devem estar dispostos a escutar, o poder político deve tolerar um certo tipo de narrativa memorial, todos os protagonistas devem aceitar um certo número de acordos, etc. Foi porque essas condições foram reunidas, acrescentam elas, que a América Latina, segundo modalidades que dependem do contexto histórico de cada país, vive um processo de reconquista e de reconstrução da memória das ditaduras. Mas, acrescentam esses dois autores, manipulações psico-sociais da memória continuam possíveis, na sequência lógica da *Lei de Anistia* de 1979, no Brasil, que foi uma espécie de proibição de lembrar (a fronteira entre anistia e amnésia é sempre tênue). Podemos observar a esse respeito que a resistência às tentativas institucionais de manipulação da memória e os debates públicos que ela provoca podem favorecer a emergência de uma memória coletiva mais "espessa" (KLEP, 2012).

As três contribuições lembram que a memória sempre é um instrumento político de primeira grandeza cuja utilização sistemática para fins de falsificação geralmente leva à assinatura dos regimes autoritários, propensos a adotar lógicas orwellianas. A razão disso é simples. Esses regimes dispõem assim de um meio cômodo de "fabricar" inimigos, por intermédio da invenção ou da exacerbação de memórias antagonistas com, numa forma extrema, uma "boa" memória em oposição a uma "má". Esse processo metamemorial (dizem que uma memória – geralmente a do grupo de pertencimento – é incompatível com a de "inimigo") é explicitamente evocado por Ramos de Farias. Se todo Estado tende a regimentar as memórias "indóceis", para retomar uma expressão de Besse & Escolar, as ditaduras sentem sempre a necessidade de mobilizar as memórias dominadas contra supostos adversários que é preciso destruir (estrangeiros, "inimigos internos", *Untermenschen*, etc). Besse & Escolar

fazem depois uma ótima pergunta: por que denominar "políticas da memória" e não " políticas da história" os usos sociais do passado? Talvez porque se um discurso que reivindica uma escrita inteiramente ideológica da história tem poucas chances de ser considerado como legítimo, uma política que visa a fabricar e impor uma representação do passado camuflada sob o termo de "memória" é muito mais facilmente admitida, mesmo que isso não aconteça sem polêmicas e controvérsias como mostram as "leis memoriais" na França.

O debate científico supõe que não é possível omitir as divergências teóricas. Segundo Besse & Escolar, a memória como prática social está associada ao advento da ordem simbólica – a cultura – e, por essa razão, defendem eles, essa atividade supõe uma ruptura com a noção de natureza humana. A memória, creem eles, é um fenômeno contingente que não está inscrito nem na nossa natureza nem mesmo na nossa cultura. Eu penso o contrário. Memorizar é um fenômeno natural, observável em inúmeras espécies vivas. Por exemplo, os trabalhos sobre a *aplysia* do Prêmio Nobel Eric Kandel foram, originalmente, avanços científicos decisivos na compreensão do que vem a ser a memória individual. Graças a essas pesquisas, sabemos hoje que modificações bioquímicas e morfológicas das conexões sinápticas estão diretamente ligadas ao registro e consolidação dos vestígios mnésicos no cérebro (KANDEL, 2007). O que caracteriza *naturalmente* a memória do *Homo Sapiens* é a diversidade, sua profundidade e sua extensão. Contrariamente a outras espécies que podem ter uma memória inteligente em um campo muito particular – na família dos corvídeos, por exemplo, o quebra-nozes (*Nucifraga columbiana*) guarda, no outono, até 33000 sementes em 6 a 7000 léguas diferentes e é capaz de encontrá-las durante o inverno e a primavera (MARZLUFF; ANGEL, 2012) -, nossas competências memoriais podem ser exemplificadas em várias atividades humanas, do reconhecimento dos rostos à genealogia familiar, passando pela aprendizagem das tabelas de multiplicação

pelos alunos ou a memória dos selos pelo filatelista. Essas aptidões memoriais diversas, nós as devemos ao poder e à complexidade de nossa arquitetura cerebral que faz parte da natureza humana. Nossa memória individual é, portanto, indissociável dessa natureza humana. Por outro lado, como tentei mostrar nessa seção, é naturalmente que o ser humano é social (e igualmente cultural: CANDAU, 2009). O mesmo acontece com a memória social que, por essa razão, não pode ser considerada como uma "invenção".

O que é "inventado" – no sentido em que o fenômeno nasceu de contextos históricos singulares mas apresenta pontos comuns – é o discurso que visa a dar ou, mais exatamente, a construir uma imagem coerente, homogênea (GONZÁLEZ; FERREIRA, neste volume) e unitária (referência a um passado suposto perfeitamente partilhado) da memória de um grupo, geralmente por intermédio de uma oposição a outras memórias apresentadas como inconciliáveis. Num livro publicado há 40 anos, Pierre Nora tinha justamente observado que a "memória coletiva" é um fenômeno histórico recente (1972, p. 400). Acrescentarei que ela é, sobretudo, recente em sua forma metamemorial, em que grupos cada vez mais numerosos reivindicam memórias partilhadas frequentemente opostas a outras, sem que esse discurso reivindicador permita concluir pela existência das memórias em questão. Como observam justamente Besse & Escolar, esse irrupção daquilo que chamei de metamemória coletiva sobre o cenário público se traduziu, ao mesmo templo, pela autonomização de um ativismo político memorial – que, paradoxalmente, pode, em alguns casos, ser obstáculo ao acesso à verdade e a uma "memória justa", fenômeno observado por González & Ferreira a respeito do Brasil e do Uruguai – e pela institucionalização, não da memória, mas dos interesses memoriais sob a forma de museus, monumentos, leis, comissões da "Verdade", etc. Passamos, então, nesse caso, de uma memória social a uma memória

propriamente cultural, distinção que vou especificar na conclusão dessa segunda seção.

Nas ciências sociais, os termos "social" e "cultura" são muitas vezes utilizados de maneira indiferenciada, com uma tendência a considerar que tudo o que é social é cultural e vice-versa. Ora, se for verdade que tudo o que é cultura é social, o inverso não é verdadeiro. Por exemplo, as espécies eusociais (cupins, formigas, abelhas, etc) são sociais por definição, mas elas não têm cultura, no sentido antropológico do termo. No homem, essa distinção é menos evidente, pois os comportamentos induzidos por nossa qualidade de espécie social são muitas vezes emaranhados com aqueles que estão ligados a nossa aptidão natural a nos tornarmos seres hiperculturais. Se, no interior de nossa espécie, aceitarmos definir o social como todas as formas de relações que se dão entre seres humanos em diferentes momentos de suas vidas, podemos então definir o cultural como o que, nessas relações, é relativamente estabilizado durante um tempo determinado, compartilhado por vários indivíduos e eventualmente transmitido sem grande alteração entre duas gerações ou mais. Se retivermos essas definições, podemos então muito facilmente distinguir memória social e memória cultural, com a condição de dar a essa última noção uma acepção outra daquela de memória patrimonial ou artística. No dia-a-dia, os indivíduos são envolvidos em relações memoriais (lembrar-se do rosto de uma pessoa, guardar um número de telefone na memória de trabalho, ouvir distraidamente no rádio uma informação anunciando que uma lei de anistia dos crimes da ditadura vai ser votada, etc) mas essas relações não têm necessariamente vocação para se tornarem culturais. Não posso evidentemente, *stricto sensu,* transmitir minha lembrança de um rosto; posso esquecer o número de telefone imediatamente após tê-lo discado e posso fazer o mesmo com a informação radiofônica. Tudo isso tem a ver com a memória social. Em compensação, posso transmitir a meus netos um retrato de

meus bisavós – que será evidentemente outra coisa, diferente da lembrança que tenho de seus rostos[1] –, posso dividir a memória do número de telefone da secretaria de minha universidade com um número enorme de colegas e posso decidir associar-me a uma ação política que vise a combater a futura lei da anistia. Parece-me que esses comportamentos memoriais mais ou menos estabilizados, partilhados e transmissíveis têm a ver com a memória cultural (que é também, evidentemente, social). Nessa perspectiva, colocam-se duas questões que, para respondê-las, eu precisaria de muito mais tempo do que tenho aqui. Em primeiro lugar, de um ponto de vista analítico, não ganharíamos ao distinguir, nos fenômenos memoriais coletivos, aqueles que, talvez, permanecem puramente sociais e aqueles que se tornam culturais, no sentido que acabo de dar a essa noção? Em segundo lugar, a respeito das diversas políticas da memória evocadas pelos autores das três contribuições, a distinção que proponho pode ajudar a precisar a dinâmica dessas políticas, detectando, por exemplo, fases "quentes" e fases "frias", períodos de abertura ou de fechamento, tempos de construção e tempos de estabilização, sem fazer prejulgamentos, por enquanto, sobre a distribuição dessas diferentes sequências entre uma memória social e uma memória cultural?

3. A memória a serviço da lembrança *e* do esquecimento

"Minha memória é um monte de lixo" diz o Funes de Borges. Ele assim a qualifica porque não é capaz de esquecer. Isso só pode ser ficção, pois, na verdade, nossa memória é limitada, seletiva, esquecedora e declinante. Ela é limitada, no sentido que somos incapazes de reter a integralidade de nossas experiências. Nela existe uma limitação indispensável, pois sem ela nossa

[1] Dou outro exemplo para esclarecer o meu pensamento: a nossa memória para rostos é a memória social, mas a memória do retrato de Marilyn Monroe de Andy Warhol é uma memória cultural (o que é mais robusto, pois é baseada na nossa capacidade natural para se lembrar de rostos).

memória seria o equivalente ao personagem borgesiano que não deixa nada escapar, o que é logicamente impossível. De fato, se nós pudéssemos guardar a memória de todo nosso passado, seríamos incapazes de viver o presente. Os indivíduos capazes de suportar imensas sobrecargas memoriais dificilmente dão sentido às informações adquiridas: elas são então *apresentadas* mas raramente *representadas*. Esses indivíduos podem ser tão deficientes quanto Solomon Shereshevsky, o famoso paciente do psicólogo Alexander Romanovich Luria (1995), perturbado por informações que ele não consegue interpretar.

A memória é seletiva, no sentido de que retemos mais facilmente certas informações do que outras, o que Susan Blackmore chama de sua "memorabilidade" (1999, p. 55): elas são mais facilmente transmitidas, memorizadas, compartilhadas e depois estabilizadas no interior de um grupo de indivíduos. Elas parecem dever essa propriedade ao fato de entrar em ressonância com estruturas inatas do espírito-cérebro. Assim, quando uma obra musical nos é transmitida, nós a memorizamos melhor se ela for melodiosa do que se for um trecho de música concreta. O que vale para as formas musicais vale também para a transmissão de certas formas narrativas, particularmente as narrativas e os mitos minimamente contra-intuitivos (NORENZAYAN et al. 2006). Nós guardamos mais comodamente na memória a narrativa do Chapeuzinho Vermelho, observa Dan Sperber, do que o das cotações da Bolsa, o que dá ao primeiro uma probabilidade maior de se tornar "um objeto cultural durável" (SPERBER, 1996, p. 88). Da mesma forma, "as espécies da biologia popular, observa Scott Atran (2003, p. 124) que são bem estruturadas, são memoráveis e facilmente transmitidas de um para o outro". Como os grupos totêmicos, elas são assim bons exemplares de coisas "boas de se pensar" (LÉVI-STRAUSS, 1962) e, acrescentaria eu, boas de se memorizar.

A memória também é esquecível. Ela é o conjunto dos vestígios descontínuos do passado que nós reconfiguramos no presente para nos

projetarmos em direção ao futuro, e essa descontinuidade implica o esquecimento. O excelente livro *Forgetting* de Sergio Della Sala (2010) lembra que memória e esquecimento estão entrelaçados de maneira inextricável, fazendo eco a Borges, para quem "o esquecimento e a memória são igualmente inventivos" (1984, p. 102). "Pensar é esquecer as diferenças, é generalizar, é abstrair", escreveu ele ainda (BORGES, 1983, p. 118), e um caminho possível da abstração é a eliminação. Aprender, diz aliás Jean-Pierre Changeux, é eliminar, ou seja, aceitar esquecer (1983, p. 304). A todo instante, nós suprimimos informações que são passadas fugitivamente na nossa memória de curto prazo e para as quais não vemos a utilidade. Mas nós esquecemos outras que tinham sido registradas na memória de longo termo, que são às vezes muito úteis e cuja perda pode ser irritante e até mesmo incômoda. Cada um de nós vive todo dia essa experiência quando procuramos chaves, óculos, um livro, um código, uma senha, o nome de uma pessoa conhecida, etc.

Enfim, a memória é declinante sob efeito de algumas práticas sociais (uso de drogas, consumo de álcool, situações de estresse, falta de sono), em função de doenças psicogênicas ou nero-degenerativas ou, mais comumente, como corolário do envelhecimento, fenômenos que se acentuam nos dias de hoje com o aumento da longevidade. No envelhecimento, o declínio da memória é frequente porque o hipocampo se altera, os hormônios e as proteínas que protegem e reparam as células cerebrais e que estimulam o crescimento neuronal declinam, a irrigação sanguínea do cérebro diminui e a absorção de nutrientes importantes para o cérebro tornam-se menos eficazes.

Essa constatação de uma memória individual limitada, seletiva, esquecedora e declinante pode ser feita da memória dita "coletiva", numa certa medida que eu tentei precisar em meus trabalhos sobre a noção de memória partilhada e que não posso retomar aqui. Lembro simplesmente a ideia principal que defendi: definitivamente, no registro memorial, a única coisa que

os membros de um grupo ou de uma sociedade compartilham realmente é o que eles esqueceram de seu passado comum. A memória coletiva é mais a soma dos esquecimentos do que as lembranças, pois estas são, antes de tudo e essencialmente, o resultado de uma elaboração individual, ao passo que aqueles têm em comum, precisamente, o fato de terem sido esquecidos. Ainda que o estudo das formas partilhadas do esquecimento (CONNERTON, 2008) seja deixado de lado (DE MIGUEL, 2004), podemos atestar mais facilmente a existência delas do que o compartilhamento efetivo das representações do passado, pois a ontologia profunda de um fenômeno ausente é precisamente sua ausência, ao passo que aquele de um fenômeno presente é menos sua presença do que a maneira como ele é presentificado. Por essa razão, é muito menos arriscado afirmar que indivíduos têm em comum o esquecimento de um acontecimento – basta para isso constatar a vacuidade ou, mais exatamente, o silêncio (GARCIA, 2005) de sua memória em relação ao acontecimento considerado – do que supor que eles partilham essa lembrança. Não é, portanto, por acaso se os discursos metamemoriais sempre trazem à tona as noções de direito (GONZÁLEZ; FERREIRA, neste volume) e de dever de memória: não caberia falar assim se a memória não fosse naturalmente trabalhada pelo esquecimento.

A partir do momento em que tomamos consciência desse trabalho que reconfigura continuamente nossas memórias, ou seja, a partir do momento que tomamos consciência de que memória e esquecimento são as duas faces de um mesmo processo, como observam González & Ferreira, as contradições inerentes a todo discurso memorial se dissipam. Besse & Escolar sugerem a mesma ideia quando lembram que nossa memória não pode abraçar todo o passado. Ela é inevitavelmente lacunar. O esquecimento parcial, observam González & Ferreira, baseando-se nos apontamentos de Jelin (2008), é a condição da reconstrução subjetiva do passado. É preciso triar, eliminar, para

colocar em acordo as representações do passado com as exigências do tempo presente e os interesses do futuro.

A questão então não é "é preciso esquecer?", pois ela não tem sentido. Estamos condenados ao esquecimento, quer queiramos ou não, porque ele é uma dimensão essencial da memória. A questão certa seria: "que lugar deve ocupar o esquecimento?" A resposta não pode ser a mesma conforme se trate de um esquecimento passivo e de um esquecimento voluntário, buscado. No que diz respeito ao primeiro, poderíamos quase dizer que a questão não se coloca. O esquecimento acontece, naturalmente. Sabemos, por exemplo, que há um componente genético na capacidade dos seres humanos de deixar longe ou até mesmo esquecer a lembrança de acontecimentos muito traumáticos tais como os genocídios, o que tem consequências em sua maior ou menor propensão a serem vítimas de estados de estresses pós-traumáticos (DE QUERVAIN et al., 2012). No entanto, nada diz que essa forma de esquecimento permanecerá natural. Na verdade, estratégias do esquecimento estão sendo traduzidas quimicamente em nível individual com a fabricação de substâncias que permitirão suprimir, por exemplo, lembranças aterrorizadoras (BARDIN, 2012; KOLBER, 2011). O futuro provavelmente não está mais muito longínquo para que cada um de nós possa fazer suas "compras memoriais", o que, sem dúvida alguma, vai criar um certo número de problemas éticos e políticos.

O lugar a ser dado ao esquecimento é muito mais difícil de avaliar quando abordamos as estratégias do esquecimento no nível coletivo, como fazem González & Ferreira. De uma certa maneira, estamos diante do dilema que evoquei na primeira seção, quando falávamos da escolha entre uma memória "aberta" e uma memória "fechada". A primeira, agregadora e inclusiva, supõe uma parte de esquecimento como bem observou Renan (1992, p. 42) a respeito do fato nacional: "a essência de uma nação, diz ele, é que todos

os indivíduos tenham muitas coisas em comum e também que todos tenham esquecido muitas coisas". Podemos então compreender que, nesse caso, o que é esquecido é o que opõe ou, no mínimo, uma parte do que opõe. Mas há também casos em que o esquecimento é voluntário porque, pelo contrário, ele cria ou mantém oposições. Essa estratégia de esquecimento é característica das memórias fechadas que excluem as memórias alternativas e, ainda, constituem grupos inimigos. Nos quatro países (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai) de que se fala nos três artigos, parece que diferentes estratégias de esquecimento sejam utilizadas, sendo que algumas vão no sentido da abertura, outras do fechamento. Se os autores dizem pouco das orientações que poderiam sair vencendo, porque sem dúvida ainda é muito cedo para se dizer isso, o imenso mérito deles é o convite a uma análise aprofundada de cada contexto histórico e cultural, a fim de entrever tendências.

Essas diferentes estratégias do esquecimento devem ser diferenciadas das situações traumatizantes que, conforme sustenta Ramos de Farias, podem "falsificar a memória" por intermédio de uma censura parcial ou de uma distorção dos acontecimentos rememorados, ou ainda pela implantação de telas de natureza muito diversa [ver, por exemplo, Shaw (2007)] entre esses acontecimentos e o momento presente. Esses fenômenos são reais mas podemos nos perguntar se a noção de falsificação da memória é, nesse caso, a mais adequada. De fato, depois dos trabalhos do psicólogo Frederic Bartlett que se opôs radicalmente à ideia de que nós conservamos a lembrança fiel dos acontecimento vividos (In: WINTER, 2011), sabemos que a memória nunca é uma restituição idêntica dos acontecimentos rememorados, mas uma reconstrução. Em alguns casos, essa reconstrução poder ir até a invenção, com efeitos sociais extremamente graves (ver, por exemplo, os trabalhos da *False Memory Syndrome Foundation*[2]). Por conseguinte, de uma certa forma, sempre há

[2] http://www.fmsfonline.org

"falsificação". Esse termo, no entanto, tem uma conotação pejorativa e me parece preferível reservá-lo aos verdadeiros falsários da memória que a manipulam ou a instrumentalizam para fins ideológicos, sendo o exemplo mais conhecido o dos negacionistas. No caso descrito por Francisco Ramos de Farias (neste volume), parece-me mais justo utilizar a noção de "trabalho de memória" que designa esse fenômeno banal que consiste em ajustar a lembrança ao estado psicológico do indivíduo e às condições sociais do momento da rememoração, uma vez que o presente tem, segundo Bastide (1970), o papel de filtro que retém do passado somente o que pode se adaptar às circunstâncias novas.

4. A memória a serviço do futuro

"O estudo do passado, que explica o presente - dizia Marc Bloch - permite apenas conceber sobre os destinos futuros das sociedades humanas, não soluções certeiras, mas pelo menos algumas opiniões verossímeis" (2006, p. 322). A obra *Predictions in the Brain: Using Our Past to Generate a Future* publicada sob direção de Moshe Bar (2011) vem fazer eco ao que diz Marc Bloch. Ele defende a tese de que nossa memória não tem a função de estocar nossas experiências do passado, mas reciclar seus constituintes, recombinando-os para imaginar e preparar o futuro. Efetivamente, de um ponto de vista evolucionista, não vemos por que teria sido selecionada a aptidão a se lembrar do passado com o único objetivo de conservá-lo. Sendo o passado, passado, por que preocupar-se com ele? Por que entulhar nosso cérebro com isso, quando muito há de se fazer no presente? Isso só tem sentido quando consideramos essa faculdade como estando, antes de tudo, a serviço de outra faculdade vital, a de antecipar, de prever, de se projetar num futuro próximo ou longínquo. Temos então toda razão de pensar que essa capacidade de se apoiar no passado para planejar da melhor forma possível nossas ações foi objeto de uma seleção

positiva ao longo de nossa história evolutiva. Devemos inclusive observar que a dupla função da memória de lembrete do passado e de preparação do futuro é documentada de um ponto de vista neuronal (DUDAI; CARRUTHERS, 2005; MILLER, 2007). De fato, o hipocampo esquerdo é ativado, ao mesmo tempo, no momento da reconstrução do passado e da imaginação do futuro (ADDIS; WONG; SCHACTER, 2007). Essa função será ainda mais eficiente quando pode tirar proveito, de maneira muito maleável, muito fluida, muito plástica, da memória de nossas experiências.

No nível dos processos memoriais coletivos, o laço estreito estabelecido pela memória entre o passado, o presente e o futuro é perfeitamente ressaltado por Besse & Escolar, mas também pelos outros colaboradores. Assim, eles vão ao encontro de Vikki Bell (2011) que, no posfácio da obra de Lessa & Druliolle já citada, ressalta que as políticas atuais da memória no cone sul da América Latina são, não passadistas, mas voltadas para o futuro, pois os povos dos países implicados se esforçam para enfrentá-lo da melhor forma possível, tirando lições do passado. De uma maneira geral, as políticas da memória na Alemanha, na África do Sul, na Argentina, no Chile, no Uruguai ou no Brasil, examinadas por González & Ferreira ou Besse & Escolar, pretendem todas tirar proveito das experiências do passado para garantir às novas gerações um futuro isento de tragédias como os extermínios em massa, as ditaduras, a tortura ou o *apartheid*. Desde 2006, acrescentam González & Ferreira, o Uruguai, por exemplo, institucionalizou a jornada do *"Nunca mais"*, comemorada em 19 de junho. Mesmo se os protagonistas dessas políticas provavelmente estejam, antes de tudo motivados pela vontade de assentar a legitimidade de seu poder, é sempre uma inscrição no futuro que caracteriza o ativismo memorial.

No entanto, podemos nos perguntar se o mnemotropismo contemporâneo e sua expressão por intermédio de uma certa retórica memorial

não traem a ideia de uma memória que só valeria *para* o passado, valorizado e idealizado enquanto tal, ou seja, uma memória que não seria contaminada de forma alguma pela ancoragem desse passado num projeto, num programa, numa agenda, logo, num futuro. Tanto no nível individual quanto coletivo, essa ideia de uma memória purificada não somente de qualquer projeto, mas de toda contemporaneidade – como sugere a fascinação pelo patrimônio mais antigo – satisfaz provavelmente um gosto humano pela nostalgia. Mas, no nível coletivo, essa recusa em comprometer a memória em projetos não é reveladora de um momento particular da política – ou do político – em que o leque de escolhas se reduz cada dia mais. Se o passado não quer mais servir para escolher, porque ele parece não ter mais outra escolha possível senão a submissão de todas às leis do mercado, então é normal que sejamos propensos a cultivar o passado *pelo* passado, subtraindo-o de todo horizonte de expectativa. A contrapartida, evidentemente, é que essa cultura do passado pelo passado conforta a ação ideológica de todos os que que, hoje, têm interesses objetivos em dizer que o tempo das escolhas e dos programas políticos acabou ou, pelo menos, que ele é limitado pelos imperativos do consumo desenfreado evocado por Francisco Ramos de Farias (neste volume).

5. Memória individual e inconsciente cognitivo

Na segunda seção deste artigo, já abordei os efeitos sociais não-voluntários sobre a memória. Nessa última seção, mais curta, vou prolongar essa discussão enfatizando uma faceta dos processos memoriais que os autores dos três artigos sugerem muito bem, mas que ganharia se fosse desenvolvida: a ação de influências não-conscientes.

Pelo fato de que as expressões mais manifestas da suposta memória coletiva se encontram no espaço público (museus da memória, monumentos, manifestações de rua, colóquios, etc.), temos tendência em ver nela o resultado

de processos inteiramente conscientes, explícitos e deliberados e, da mesma forma, corremos o risco de ocultar tudo o que ela deve a mecanismos psicológicos muitas vezes muito íntimos e às vezes estranhos à consciência clara. Vários colaboradores (por exemplo, Besse & Escolar ou González & Ferreira) enfatizam, com razão, a dimensão discursiva do mnemotropismo contemporâneo e, sobretudo, as diferentes modalidades de narração do passado. No Brasil, conforme observam González & Ferreira, é importante não somente saber a verdade sobre a época da ditadura, mas também poder contar *sua* história. Esse discurso metamemorial, que conserva a crença em memórias compartilhadas, tem um efeito performativo e, por essa razão, tem uma função social importante: ele ontologiza uma forma de partilha. Graças à sua narrativa, os narradores não somente tornam manifesta sua partilha da crença em uma memória compartilhada, mas dão um conteúdo a essa partilha. No entanto, esse registro discursivo não pode mascarar o fato de que, de modo geral, a geografia de nossas memórias é constituída bem mais por regiões obscuras, inacessíveis à consciência do que por regiões luminosas. Georges Balandier observou justamente que "o passado coletivo ocupa, em relação ao presente, um lugar semelhante ao do inconsciente individual em relação ao consciente. Ele o informa por um lado, mas não lhe deixa o campo livre" (1985, p. 170).

É, aliás, exatamente o que observam González & Ferreira a respeito dos acordos entre a memória e o esquecimento que caracterizam hoje os processos memoriais na América Latina. Os objetivos dos protagonistas, observam elas, nem sempre são explícitos. Entre o que é mostrado e o que é ocultado, não é fácil distinguir o que obedece a estratégias ou escolhas deliberadas e o que é fruto do trabalho subterrâneo das memórias individuais. Farias, por outro lado, evoca a ausência de elaboração da experiência traumática, o que, me parece, remete a uma ausência de acesso à consciência da lembrança desta. Ele também evoca os *"buracos"* nos *"lençóis da memória",*

sugerindo com isso que mecanismos mentais ocultam uma parte de nossas lembranças.

Se seguirmos essa perspectiva, é preciso então admitir que, muitas vezes, nós não sabemos o que sabemos, e é sempre de maneira fugaz que, num contexto inesperado – por exemplo, a visita de um país estrangeiro culturalmente muito diferente do nosso-, nossos automatismos, nossas rotinas cognitivas, nossos hábitos, nossas disposições incorporadas vêm aflorar na consciência para, muito rapidamente, desaparecer de novo, nessa *terra incógnita* que é a protomemória. Abre-se então um campo de pesquisa que, a meu ver, ainda não foi explorado. Se considerarmos somente o período recente, a ditadura dos coronéis durou 7 anos na Argentina, o regime militar de Pinochet durou 17 anos no Chile, a ditadura militar mais de 20 anos no Brasil e 12 anos no Uruguai. Isso significa que, nesses quatro países, indivíduos nasceram e foram socializados sob um regime ditatorial na idade em que eram mais sensíveis às influências do meio social. Essa socialização primária e secundária sob um regime autoritário teve consequências no nível protomemorial – a protomemória é aqui definida como tudo o que, memorizado, age no indivíduo sem que ele saiba – e, na afirmativa, quais são essas consequências? Essa orientação de pesquisa talvez seja estéril, mas parece-me que a questão merece ser colocada desde o momento em que se é consciente da força exercida sobre o indivíduo por toda cultura, quer sua natureza seja invejável ou não.

Conclusão

Minhas duas observações conclusivas serão uma de alcance geral e outra um pouco mais filosófica, mas em relação direta com as problemáticas da memória.

Besse & Escolar ressaltam o interesse de um procedimento transdisciplinar nos estudos memoriais, convidando para uma colaboração

entre ciências sociais e "humanidades". Farias reivindica também o mesmo tipo de atitude. Estou de pleno acordo com eles, mas na sequência lógica dos discursos recentes em defesa da "*consilience*" (SLINGERLAND; COLLARD, 2012; SLINGERLAND, 2008), parece-me indispensável levar a transdisciplinaridade até as ciências da vida. Eu poderia antecipar várias razões teóricas para defender essa orientação naturalista, mas darei apenas uma, muito pragmática, que interessa diretamente ao tema da memória. É claro que ainda não encontramos a Pedra de Roseta do espírito humano (SANGUINETI, 2006), mas vivemos hoje uma época privilegiada que nos dá acesso a um conhecimento bem melhor daquilo que foi durante muito tempo uma "caixa preta". Com o desenvolvimento das neurociências, da biologia molecular, da genética, das técnicas de imagem cerebrais, considero que seria impróprio para as ciências sociais continuar falando da memória como se fazia no final do século XIX ou início do século XX, com base nos conhecimentos de que dispunham os pesquisadores naquela época. Logo, mesmo que saibamos que não podemos alcançar sua genialidade, não podemos mais falar hoje das representações, das crenças ou da memória, como faziam Bergson, Durkheim ou, mais tarde, Halbwachs. Convido, portanto, a se fazer mais pesquisas memoriais em ciências sociais que possam integrar as contribuições das ciências e neurociências cognitivas. Isso me parece ainda mais necessário uma vez que todos os colaboradores (FARIAS; GONZÁLEZ & FERREIRA; BESSE & ESCOLAR) fazem referência a noções tais como psiquismo, psicologia, psico-social, etc.

Faço agora minha segunda observação, mais especulativa. "Somente os vestígios fazem sonhar", escreveu René Char (1962). Se eles têm esse poder é porque, incompletude em relação ao que deixou vestígio, eles significam a ausência do que foi esquecido. No entanto, como mostram muito bem os autores dos três artigos, os vestígios e aquilo cuja ausência eles significam

podem ser aterrorizadores. O sonho pode então se tornar um pesadelo. Os artigos de Juan Besse, Cora Escolar, Ana Maria Sosa González, Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e Francisco Ramos de Farias nos convidam a refletir sobre o que poderiam ser políticas justas da memória que deixariam sua parte ao sonho, evitando assim o pesadelo. Eles nos lembram também que o pior nunca é certo, mas sempre é possível.

Referências

ADDIS, Donna Rose; WONG, Alana T.; SCHACTER, Daniel L. Remembering the past and imagining the future: Common and distinct neural substrates during event construction and elaboration. *Neuropsychologia,* v. 45, n. 7, p. 1363-1377, 2007.

ATRAN, Scott. Théorie cognitive de la culture. *L'Homme,* n. 166, p. 107-144, 2003.

BALANDIER, Georges. *Le détour*. Pouvoir et modernité. Paris: Fayard, 1985.

BAR, Moshe (éd.). *Predictions in the Brain:* Using Our Past to Generate a Future. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BARDIN, Jon. Unlocking the brain. *Nature,* n. 487, p. 24-26, 2012.

BASTIDE, Roger. Mémoire collective et sociologie du bricolage. L'*Année sociologique*, v. III, p. 65-108, 1970.

BELL, Vikki. The politics of « Memory » in the Long Present of the Southern Cone. In: LESSA, Francesca; DRULIOLLE, Vincent (éds.). *The Memory of State Terrorism in the Southern Cone*. Argentina, Chile, and Uruguay. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 209-221.

BERLINER, David. The Abuses of Memory: Reflections on the Memory Boom in Anthropology. *Anthropological Quarterl,* v. 78, n. 1, p. 197-211, 2005.

BLACKMORE, Susan. *The Meme Machine*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BLOCH, Marc. Une nouvelle histoire universelle: H.G. Wells historien. In: BLOCH, Marc. *L'Histoire, la Guerre, la Résistance*. Paris: Gallimard, 2006. p. 319-334.

BORGES, Jorge Luis. *Fictions*. Paris: Gallimard, 1983.

BORGES, Jorge Luis. *Le rapport de Brodie*. Paris : Gallimard, 1984.

CANDAU, Joël. H2s = N². In: BAUD Sébastien; MIDOL, Nancy (éd.). *La conscience dans tous ses états*. Approches anthropologiques et psychiatriques : cultures et therapies. Paris: Elsevier Masson, 2009. p. 15-31.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDAU, Joël. Pourquoi coopérer. *Terrain,* n. 58, p. 4-25, 2012.

CHANGEUX, Jean-Pierre. *L'homme neuronal*. Paris: Fayard, 1983.

CHAPOUTHIER, Georges. *L'homme, ce singe en mosaïque*. Paris : Odile Jacob, 2001.

CHAPOUTHIER, Georges. *Biologie de la mémoire*. Paris : Odile Jacob, 2006.

CHAR, René. *La parole en archipel*. Paris: Gallimard, 1962.

CLAPP, Wesley C. *et al*. Deficit in switching between functional brain networks underlies the impact of multitasking on working memory in older adults. *Proceedings of the National Academy of Sciences,* v. 108, n. 17, p.7212-7217, 2011.

CONNERTON, Paul. Seven types of forgetting. *Memory Studies,* v. 1, n. 1, p. 59-71, 2008.

COOMBES, Annie E. Witnessing history/embodying testimony: gender and memory in post-apartheid South Africa. *Journal of the Royal Anthropological Institute,* n. 17, p. :S92-S112, 2011.

DE MIGUEL, J.M. La memoria perdida. *Revista de Antropología Social,* n. 13, p. 9-35, 2004.

DE QUERVAIN, Dominique *et al*. PKCα is genetically linked to memory capacity in healthy subjects and to risk for posttraumatic stress disorder in genocide survivors. *Proceedings of the National Academy of Sciences,* v. 109, n. 22, p. 8746-8751, 2012.

DELLA SALA, Sergio (éd.). *Forgetting*. New York: Psychology Press, 2010.

DUDAI, Y.; CARRUTHERS, M. The Janus face of Mnemosyne. *Nature,* n. 434, p. 567-568, 2005.

DUNBAR, Robin I. M.; SHULTZ, Susanne. Evolution in the Social Brain. *Science,* n. 317, p. 1344-1347, 2007.

DUNBAR, Robin I. M. The Social Brain Hypothesis. *Evolutionary Anthropology,* v. 6, n. 5, p.178-190, 1998.

EDELSON Micah *et al.* Following the Crowd: Brain Substrates of Long-Term Memory Conformity. *Science,* n. 333, p. 108-111, 2011.

FERNYHOUGH, Charles. *Pieces of Light: The New Science of Memory.* London:, Profile Books, 2012.

FIVUSH, Robyn *et. al.* The making of autobiographical memory: Intersections of culture, narratives and identity. *International Journal of Psychology,* v. 46, n. 5, p. 321-345, 2011.

GARCIA, J.M. Exordio a la memoria colectiva y el olvido social. *Athenea Digital,* n. 8, p. 1-26, 2005.

GOREN, Carolyn C.; SARTY Merrill; WU, Paul Y. K. Visual Following and Pattern Discrimination of Face-like Stimuli by Newborn Infants, *Pediatrics,* v. 56, n. 4, p. 544-549, 1975.

JAMES, Henry. *Les ambassadeurs.* Paris: Le Bruit du temps, 2010.

JELIN, Elizabeth. Testimonios personales, memorias y verdades frente a situaciones límite. In: GAYOL, Sandra; MADERO, Marta (ed.). *Formas de historia cultural.* Buenos Aires: Prometeo/UNGS, 2008.

KANDEL, Eric. *À la recherche de la mémoire, une nouvelle théorie de l'esprit.* Paris: Odile Jacob, 2007.

KLEP, Katrien. Tracing collective memory: Chilean truth commissions and memorial sites. *Memory Studies,* v. 5, n. 3, p. 259-269, 2012.

KOLBER, Adam. Neuroethics: Give memory-altering drugs a chance. *Nature,* n. 476, p. 275-276, 2011.

LESSA, Francesca; DRULIOLLE Vincent (éds.). *The Memory of State Terrorism in the Southern Cone.* Argentina, Chile, and Uruguay. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

LÉVI, Primo. *Si c'est un home.* Paris: Julliard, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage.* Paris: Plon, 1962.

LUBY Joan L. *et. al.* Maternal support in early childhood predicts larger hippocampal volumes at school age. *Proceedings of the National Academy of Sciences,* v. 109, n. 8, p. 2854-2859, 2012.

LURIA, Alexandre. *L'homme dont la mémoire volait en éclat* . Paris : Seuil, 1995.

MARZLUFF, John; ANGELL, Tony. *Gifts of the Crow:* How Perception, Emotion and Thought Allow Smart Birds to Behave Like Humans. New York: Free Press, 2012.

MILLER, G. A Surprising Connection Between Memory and Imagination. *Science,* n. 315, p. 312, 2007.

NORA, Pierre. Mémoire collective. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (éds.). *La Nouvelle Histoire.* Les Encyclopédies du Savoir Moderne. Paris: CEPL, 1972. p. 398-401.

NORENZAYAN, Ara, *et. al.* Memory and Mystery: The Cultural Selection of Minimally Counterintuitive Narratives. *Cognitive Science,* v. 30, n. 3, p. 531-553, 2006.

PORTER, Stephen; BRINKE, Leanne. Reading Between the Lies: Identifying Concealed and Falsified Emotions in Universal Facial Expressions. *Psychological Science,* v. 19, n. 5, p. 508-514, 2008.

RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation ?* Paris: Presses Pocket, 1992.

ROBBEN, Antonius C.G.M. From dirty war to genocide: Argentina's resistance to national reconciliation. *Memory Studies,* v. 5, n. 3, p. 305-315, 2012.

SANGUINETI, Vincenzo R. *The Rosetta Stone of the Human Mind.* Three Languages to Integrate Neurobiology and Psychology. New York: Springer, 2006.

SEMPRUN, Jorge. *L'écriture ou la vie.* Paris: Gallimard, 1994.

SHAHZAD, Farhat. Collective memories: A complex construction. *Memory Studies,* published online 29 Sept. 2011. DOI: 10.1177/1750698011419121.

SHAW, Rosalind. Displacing Violence: Making Pentecostal Memory in Postwar Sierra Leone. *Cultural Anthropology,* v. 22, n. 1, p. 66-93, 2007.

SHERMER, Michael. What we don't know. *Nature,* n. 484, p. 446-447, 2012.

SLINGERLAND, Edward. *What Science Offers the Humanities.* Integrating Body and Culture. New York: Cambridge University Press, 2008.

SLINGERLAND, Edward; COLLARD, Mark (éds). *Creating Consilience.* Integrating the Sciences and the Humanities. New York: Oxford University Press, 2012.

SPARROW, Betsy; LIU, Jenny; WEGNER, Daniel M. Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having Information at Our Fingertips. *Science,* n. 333, p. 776-778, 2011.

SPERBER, Dan. *La contagion des idées.* Paris : Odile Jacob, 1996.

TAMIETTO, Marco, *et. al.* Unseen facial and bodily expressions trigger fast emotional reactions. *Proceedings of the National Academy of Sciences,* v. 106, n. 42, p. 17661-17666, 2009.

TEICHER, Martin H.; ANDERSON, Carl M.; POLCARI, Ann. Childhood maltreatment is associated with reduced volume in the hippocampal subfields CA3, dentate gyrus, and subiculum. *Proceedings of the National Academy of Sciences,* v. 109, n. 9, p. E563-E572, 2012.

WILKOWSKI, Benjamin M.; CHAI, Christopher A. Explicit person memories constrain the indirect reciprocation of prosocial acts. *Journal of Experimental Social Psychology,* v. 48, n. 5, p. 1037-1046, 2012..

WILLIS, Janine; TODOROV, Alexander. First Impressions: Making Up Your Mind After a 100-Ms Exposure to a Face. *Psychological Science,* v. 17, n. 7, p. 592-598, 2006.

WINTER, Alison. *Memory.* Fragments of a Modern History. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ZUBERBÜHLER, Klaus; BYRNE, Richard W. Social cognition. *Current Biology,* v. 16, n. 18, p. R786-R790, 2006.